Estudos

Interdisciplinares sobre

Gênero e Feminismo

Solange Aparecida de Souza Monteiro (Organizadora)





Estudos

Interdisciplinares sobre

Gênero e Feminismo

Solange Aparecida de Souza Monteiro (Organizadora)





2019 by Atena Editora Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2019 Os Autores Copyright da Edição © 2019 Atena Editora

Editora Chefe: Profa Dra Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes Edição de Arte: Lorena Prestes Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

- Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani Universidade Federal do Tocantins
- Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto Universidade Federal de Pelotas
- Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
- Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
- Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho Universidade de Brasília
- Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof^a Dr^a Cristina Gaio Universidade de Lisboa
- Prof. Dr. Devvison de Lima Oliveira Universidade Federal de Rondônia
- Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias Universidade Estácio de Sá
- Prof. Dr. Eloi Martins Senhora Universidade Federal de Roraima
- Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
- Prof. Dr. Gilmei Fleck Universidade Estadual do Oeste do Paraná
- Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
- Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior Universidade Federal Fluminense
- Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
- Prof^a Dr^a Lina Maria Goncalves Universidade Federal do Tocantins
- Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva Universidade Federal do Maranhão
- Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
- Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Profa Dra Rita de Cássia da Silva Oliveira Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Profa Dra Sandra Regina Gardacho Pietrobon Universidade Estadual do Centro-Oeste
- Profa Dra Sheila Marta Carregosa Rocha Universidade do Estado da Bahia
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino Universidade Salvador
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior Universidade Federal do Oeste do Pará
- Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera Universidade Federal de Campina Grande
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

- Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira Instituto Federal Goiano
- Prof. Dr. Antonio Pasqualetto Pontifícia Universidade Católica de Goiás
- Profa Dra Daiane Garabeli Trojan Universidade Norte do Paraná
- Profa Dra Diocléa Almeida Seabra Silva Universidade Federal Rural da Amazônia
- Prof. Dr. Écio Souza Diniz Universidade Federal de Viçosa
- Prof. Dr. Fábio Steiner Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- Profa Dra Girlene Santos de Souza Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- Prof. Dr. Jorge González Aguilera Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Prof. Dr. Júlio César Ribeiro Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos Universidade Federal do Maranhão
- Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza Universidade do Estado do Pará
- Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior Universidade Federal de Alfenas



Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto - Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Edson da Silva - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profa Dra Elane Schwinden Prudêncio - Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior - Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte

Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado - Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva - Universidade Federal do Piauí

Profa Dra Carmen Lúcia Voigt - Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos - Instituto Federal do Pará

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas - Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa - Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Estudos interdisciplinares sobre gênero e feminismo 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Feminismo; v. 1)

Formato: PDF

Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-789-5 DOI 10.22533/at.ed.895191911

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange

Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 306.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior - CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

<u>www.atenaeditora.com.br</u>

contato@atenaeditora.com.br



APRESENTAÇÃO

Feminista... é fazer aquilo que diziam que eu não podia fazer; aquilo que diziam que só o homem pode fazer, eu como mulher também posso fazer. Feminista, acima de tudo é quebrar barreira, é mostrar que a gente pode fazer o trabalho independente do homem, não necessariamente que tenha um do lado. (Ajurimar Bentes – integrante do Grupo de Mulheres Guerreiras Sem Teto, do Movimento dos Sem Teto de Salvador, 2010)

A interdisciplinaridade é uma alternativa em relação ao conhecimento compartimentado em disciplinas e ao discurso de autores contemporâneos que, se por um lado têm representado avanços em algumas discussões específicas, por outro, fica a dever na abordagem científica e na problematização de temas que devem ser considerados em sua complexidade e que ultrapassam o âmbito teórico e metodológico de uma única disciplina. A reflexão interdisciplinar, métodos de uma área para outra, o que possibilita a geração de novos conhecimentos e profissionais com fundamentação sólida e integradora.

Aconstrução das identidades culturais e de gênero na sociedade contemporânea, cujas transformações especialmente a chamada globalização, "acirrada" desde a década de 70 são objeto de reflexão da teoria social. A partir da compressão do tempoespaço, da globalização da economia e da informação, a construção das identidades ganha novos contornos e necessita ser discutida. As travestis, transformistas, dragqueens e transexuais os transgêneros refletem as constituições de identidade e de gênero.

A sociedade contemporânea tem sido objeto de várias discussões na teoria social, particularmente suas transformações a partir da década de 70. Nessas discussões são várias as denominações para este processo, como pósmodernidade, modernidade tardia, modernidade reflexiva. Esses rótulos, entretanto, não são o que mais importa, mas sim as modificações intensas e contundentes na contemporaneidade e, acredito, vale a pena refletir sobre alguns aspectos dessa mudança.

Antes de tratar especificamente da questão da identidade na sociedade contemporânea, parece-me importante inserir na discussão alguns autores que refletem sobre o próprio cenário contemporâneo embutindo nessa discussão, de forma mais ou menos explícita, a questão das identidades. Como se dá a construção e reconstrução das identidades em um cenário fragmentado, permeado estética e informacionalmente pela mídia, por imagens sobrepostas, por informações sobrepostas, redes, fluxos, riscos e incertezas.

Hall afirma ainda que um aspecto importante relacionado à questão da identidade estaria ligado às transformações na alta modernidade, especialmente a globalização. As mudanças de tempo e espaço, as fragmentações dentro da própria modernidade e a ruptura com antigas tradições, a diferença como característica fundamental, enfim,

processos de descontinuidade, fragmentação, ruptura, deslocação, características da alta modernidade, contribuiriam sobremaneira para a transformação das identidades, que se tornariam fragmentadas e plurais. "Quanto mais a vida social torna-se mediada pelo marketing global de estilos, lugares e imagens, pelos trânsitos internacionais, por imagens de mídia e sistemas de comunicações em redes globais. mais as identidades tornam-se destacáveis - desconectadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo estar 'à deriva'. Somos confrontados por uma série de diferentes identidades, cada uma delas nos atraindo, ou antes atraindo diferentes partes de nós, a partir das quais parece possível fazer escolhas. " (Hall, 1995: 57). Não é possível, então, pensar as identidades de forma deslocada do contexto, da experiência concreta. Na sociedade contemporânea parece ser difícil pensar no desejo de uma "unidade". A globalização, assim, antes de estar vinculada a uma totalidade transcendente, permitiria uma proliferação de fragmentos. Ou seja, o local como parte integrante do mundo. Paisagens reais e virtuais que, de algum modo, se oferecem ao olhar de maneira parcial, mas ao mesmo tempo, como parte de um todo.

Na construção de uma perspectiva interdisciplinar, tão necessária para se dar conta dos processos multidimensionais, usar o conceito de gênero, a reprodução das ideologias e relações de gênero a partir das seguintes dimensões a) a dimensão simbólica, referente aos modelos e tipos ideais sobre masculino e feminino; b) a dimensão normativa, que diz respeito a tradução desse mundo simbólico em normas e valores c) a dimensão institucional, pertinente as instituições sociais – tais como, família, escola, estado, igreja, mídia, mercado, dentre outras – responsáveis pela disseminação dessas normas e valores; e d) a dimensão subjetiva, que diz respeito ao processo de interiorização desses valores e comportamentos correspondentes. Outro marco fundamental é O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949. A sentença mais utilizada é a notória "Não se nasce mulher, torna-se".

Não basta a simples "transmissão de conhecimentos" teóricos provenientes dos estudos interdisciplinares de gênero e sexualidade na superação de preconceitos e discriminações na escola. É necessário ir além, abrir espaços no interior das instituições escolares para se problematizar os sentimentos, as resistências e os preconceitos que cercam esta temática.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 11
"E EU NÃO SOU UMA MULHER?": FRAGMENTOS DE UM DISCURSO FEMINISTA ANTIMANICOMIAL OU SOBRE A NECESSÁRIA GARANTIA DE LUGAR DE FALA E ESCUTA À MULHER LOUCA
Priscila Coimbra Rocha
Clarice Moreira Portugal Caliandra Machado Pinheiro
DOI 10.22533/at.ed.8951919111
CAPÍTULO 2
A FORÇA DAS CONSTRUÇÕES SOCIAIS NA VIVÊNCIA DO MÉTODO CANGURU
Joise Magarão Queiroz Silva Mariza Silva Almeida
Edméia de Almeida Cardoso Coellho
Talita Batista Lefundes
Kelly Cruz Pimentel Sampaio Liliane de Souza Cruz
DOI 10.22533/at.ed.8951919112
CAPÍTULO 322
A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS FORÇAS MILITARES ESTADUAIS: UM OLHAR SOBRE O PERCENTUAL PARA INGRESSO DE MULHERES NAS POLÍCIAS MILITARES À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL DA IGUALDADE
Isabel Gomes de Souza
DOI 10.22533/at.ed.8951919113
DOI 10.22535/at.eu.6551515115
CAPÍTULO 435
CAPÍTULO 4

CAPITULO 7
AS MEDIDAS PROTETIVAS MAIS APLICADAS EM CASOS ENVOLVENDO A LEI MARIA DA PENHA EM ORLEANS-SC
Alessandra Knoll Felipe Basso Silva Gabriel Bittencourt de Aguiar
DOI 10.22533/at.ed.8951919117
CAPÍTULO 878
DE LEGGINGS À LUTA: A CONSTITUIÇÃO DO COLETIVO FEMINISTA MARIA BADERNA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA
Taise de Jesus Chates Mirela Santiago Santos Rafael Bomfim Souza
DOI 10.22533/at.ed.8951919118
CAPÍTULO 987
AS MULHERES DE CLARICE: UMA ANÁLISE FEMINISTA DOS CONTOS "A FUGA" E "RUÍDO DE PASSOS"
Thainá Oliveira Chemelo Anna Marcella Mendes Garcia
DOI 10.22533/at.ed.8951919119
CAPÍTULO 10100
DIVERSIDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS AFIRMATIVAS
Jorge Adrihan do Nascimento de Moraes Valdenora Souza Mota Dayane Rainha da Silva
Maria Madalena Pontes Melo DOI 10.22533/at.ed.89519191110
CAPÍTULO 11
Ana Carolina Rocha Lisita Patrícia Quitero Rosenzweig Rosa Maria Berardo
DOI 10.22533/at.ed.89519191111
CAPÍTULO 12124
DIÁLOGOS CONJUGAIS DESENCONTRADOS EM <i>O SILÊNCIO</i> (1981), DA PORTUGUESA TEOLINDA GERSÃO (1940) Denise Rocha
DOI 10.22533/at.ed.89519191112
CAPÍTULO 13
ERVAS MEDICINAIS: SABER E PRÁTICA NO FAZER FEMININO
Daniela Bento Alexandre
DOI 10.22533/at.ed.89519191113

CAPÍTULO 14146
EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS NÃO ESCOLARES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DAS MULHERES DEPENDENTES QUÍMICAS
Ana Tereza Bernardo Ribeiro de Jesus Suzana Alves Nogueira Larissa da Conceição Alves
DOI 10.22533/at.ed.89519191114
CAPÍTULO 15150
A INSERÇÃO DAS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORDESTINO ATRAVÉS DE DINÂMICAS ECONÔMICAS COLABORATIVAS
Sunamita Iris Rodrigues Borges da Costa Assíria Marielle da Silva Dantas Azilis Camille Pierrel Laísa Maria da Silva Souza
DOI 10.22533/at.ed.89519191115
CAPÍTULO 16
CAPÍTULO 17175
EXPRESSÕES ATIVISTAS DO POLIAMOR E DESBANQUE DE PRIVILÉGIOS MASCULINOS: ENFRENTAMENTO PELA PSICOLOGIA POSITIVA E RECURSO TÉCNICO DA RESILIÊNCIA Maria Judivalda Barbosa Izaura Maria Carvalho da Graça Furtado DOI 10.22533/at.ed.89519191117
CAPÍTULO 18186
MULHER PRETA E A INTELECTUALIDADE " A SÍNDROME DA NEGA METIDA" Thalita Santos Reis Luduvico DOI 10.22533/at.ed.89519191118
CAPÍTULO 19195
MOVIMENTO CAPOEIRA MULHER – MANDINGAS, MALICIAS, SABERES ANCESTRAIS E FEMINISMO NA RODA
Maria Zeneide Gomes da Silva
DOI 10.22533/at.ed.89519191119
CAPÍTULO 20209
MULHERES AMAZÔNIDAS E SUA RELAÇÃO COM EMPRESAS DE BIOCOMÉSTICOS: ENTRE NOVAS RURALIDADES E VELHAS CONCEPÇÕES DE GÊNERO Ruth Helena Cristo Almeida Carolina da Silva Gonçalves
DOI 10.22533/at.ed.89519191120

SUMÁRIO

CAPÍTULO 21	217
O DESAFIO DAS PESCADORAS DE AÇUDE DO TERRITÓRIO DOS INHAI IDENTIDADE, TRABALHO E RECONHECIMENTO	MUNS CRATEÚS.
Viviana Pittalis Anita Dias	
DOI 10.22533/at.ed.89519191121	
SOBRE A ORGANIZADORA	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

CAPÍTULO 15

A INSERÇÃO DAS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORDESTINO ATRAVÉS DE DINÂMICAS ECONÔMICAS COLABORATIVAS

Sunamita Iris Rodrigues Borges da Costa

Universidade Federal de Pernambuco

Departamento de Ciências Geográficas

Recife – Pernambuco

Assíria Marielle da Silva Dantas

Universidade Federal de Pernambuco

Departamento de Ciências Geográficas

Recife – Pernambuco

Azilis Camille Pierrel

Universidade Federal de Pernambuco

Departamento de Ciências Geográficas

Recife – Pernambuco

Laísa Maria da Silva Souza

Universidade Federal de Pernambuco

Departamento de Ciências Geográficas

Recife - Pernambuco

RESUMO: A presente pesquisa se propõem a analisar e dar visibilidade aos esforços feitos por comunidades femininas para, de forma associativa produzir retornos econômicos em uma perspectiva de inclusão social. Para tanto, o artigo ora proposto se estrutura, primeiro, evidenciando as desigualdades sociais presentes no Nordeste brasileiro, sob a perspectiva do gênero; segundo, analisa a contribuição presente na literatura sobre as dinâmicas associativas e seu potencial para geração de retorno econômico; por fim

evidencia, através dos estudos de caso do Coletivo Mulheres de Corpo e Alga (Icapuí-Ce), o potencial associativo feminino como caminho para o empoderamento social e econômico, em que se discute o processo de construção das organizações, suas estruturas e as transformações que desencadearam, mas se debruça, de igual modo, sobre a presença da identidade feminina como ferramenta associativa e a identificação dos princípios feministas como instrumento político e de inclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Organização feminina produtiva, Inclusão social, Economia solidária

ABSTRACT: This research aims to analyze and give visibility to the efforts made by female communities to, in an associative way, produce economic returns from a social inclusion perspective. Therefore, the article now proposed is structured, firstly, highlighting the social inequalities present in the Northeast of Brazil, from the perspective of gender; second, it analyzes the contribution present in the literature about associative dynamics and their potential for generating economic return; Finally, through the case studies of the Collective Women in Body and Seaweed (Icapuí-Ce), it highlights the associative potential of women as a way to social and economic empowerment, in which the process of building organizations,

their structures and transformations that have unleashed, but equally dealt with the presence of female identity as an associative tool and the identification of feminist principles as a political and social inclusion instrument.

KEYWORDS: Productive Female Organization, Social Inclusion, Solidarity Economy

1 I INTRODUÇÃO

A situação de desigualdade que afeta a Região Nordeste do Brasil, não se mostra equilibrada sob o ponto de vista do gênero. O histórico acesso feminino aos meios de produção e condições de trabalho e renda lhes assegura ainda hoje uma participação menos significativa na economia regional, colocando-as em situação de vulnerabilidade. Tais estruturas sociais, no entanto, podem ser enfrentadas por dinâmicas associativas que estabelecem economias baseadas em princípios colaborativos de solidariedade e empoderamento feminino.

No que se refere a desigualdade entre homens e mulheres na região Nordeste, assim como nas demais regiões como um todo, os estudos de gênero emergem como uma tendência a desconstruir a ideia baseada em determinismo biológico, afim de compreender as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Tendo em vista o novo cenário econômico que se manifesta de maneira expressiva e a inquietude com as dinâmicas econômicas e sociais de origem associativas, essa pesquisa surge com a finalidade de analisar essas práticas solidárias que geram retorno econômico de forma colaborativa e contribuem para a diversidade econômica da região Nordeste, historicamente vista como inferior as demais, assim dar visibilidades aos movimentos femininos que se destacam de maneira a evidenciar o empoderamento das mulheres nordestinas. Registre-se aqui o agradecimento das autoras às mulheres que fazem parte do projeto Mulheres de Corpo e Alga em Icapuí — CE, por prestimosamente nos receber e fornecer as informações necessárias para a realização dessa pesquisa.

2 I METODOLOGIA

Esse artigo se trata de uma pesquisa qualitativa, uma vez que os aspectos da realidade aqui abordados não podem ser apenas quantificados, isto é, descritos através de números e estatísticas. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Quanto ao tipo de pesquisa relacionada aos objetivos, caracteriza-se como exploratória, uma vez que proporciona uma maior familiaridade com o problema em si (GIL, 2002). A construção do artigo se deu por meio de uma análise bibliográfica a respeito da participação das mulheres no desenvolvimento regional do Nordeste através de dinâmicas colaborativas/ solidárias, com base em estatísticas recentes e bibliografia

embasada nos estudos de economia solidária feminista. Por fim, foi realizada uma visita técnica no Município de Icapuí- CE para conhecer o projeto Mulheres de Corpo e Alga, a fim de evidenciar o papel feminino na economia regional do Nordeste, de modo que, a partir dessas iniciativas coletivas, essas mulheres vão contra a perspectiva dominante do capital, ainda que algumas delas não tenham consciência de tal ato político.

3 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Desigualdade socioeconômica a partir da perspectiva de gênero no Nordeste

Para cada sociedade há diferenças esperadas em relação a homens e mulheres. Sendo assim, repercute nas fases da vida, a ponto de determinar as diferenças na saúde, educação, e o bem-estar geral como um todo (IBGE, 2018). Em meio a isso, estudar a perspectiva de gênero com base na formação da sociedade em questão é extremamente relevante, pois promove uma melhor compreensão da construção social. Os estudos sob a ótica de gênero apresentam-se com especificidades marcantes, na Europa as políticas aplicadas com esse viés permitem conciliação da vida profissional/ vida familiar com intuito de promover o acesso das mulheres ao emprego. Contudo, em outras sociedades, como a japonesa, é preciso escolher entre a maternidade e a carreira (HIRATA e KERGOAT, 2007).

A partir de estudos de gênero com ênfase nas desigualdades sociais e econômicas, numa perspectiva de análise regional, nas décadas de 2004-2014, Sousa e Guedes (2016) apontaram que os homens diferentemente das mulheres, assumiram uma jornada de tempo integral, conforme observado na tabela 1.

Houve uma redução da diferença de horas trabalhadas por gênero, todavia, não com poucas transformações no que tange a ampliação do tempo remunerado para as mulheres. O Nordeste, quadro de referência desta reflexão, por sua vez, apresentouse como a Região onde as mulheres têm a menor jornada de trabalho pago, ao contrário do Sudeste do país, onde essa jornada é a maior no cenário brasileiro. Os dados da Tabela 1 mostram a evolução geral desse quadro entre os anos 2004 e 2014, entretanto, o Nordeste brasileiro é a região com a segunda menor redução da desigualdade de horas de trabalho pagas entre homens e mulheres, passando de 9,54 para 7,26 (2,28hs de diferença média reduzida) nos anos considerados. O Sudeste apresentou a menor alteração, passando de 7,59, em 2004, para 5,62 em 2014 (1,97h de diferença média reduzida no período, mantendo o melhor cenário de equidade do número de horas de trabalho pago ente homens e mulheres.

Região	2004			2014			2014-2004	
	М	F	F-M	М	F	F-M	M	F
Sul	44,87	36,04	-8,83	42,5	36,59	-5,91	-2,37	0,55
Sudeste	44,91	37,32	-7,59	42,67	37,05	-5,62	-2,24	-0,27
Nordeste	41,69	32,15	-9,54	39,34	32,08	-7,26	-2,35	-0,07
Centro-Oeste	46,43	36,45	-9,98	43,13	36,82	-6,31	-3,3	0,37
Norte	43,3	33,86	-9,44	40,26	33,45	-6,81	-3,04	-0,41
Média	44,24	35,16	-9,08	41,58	35,2	-6,38	-2,66	0,04

Tabela 1- Horas trabalhadas pro Homens (M) e Mulheres (F), segundo Grandes Regiões - 2004 e 2014

Fonte: Adaptado de Sousa e Guedes (2016)

Segundo o IBGE (2018), para compreendermos a questão da diferenciação na inserção ocupacional entre homens e mulheres determinado pela divisão sexual do trabalho, é preciso dar relevância a carga horária. Por meio do indicador de número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo, o Instituto constatou que entre as Regiões do Brasil, o Nordeste ganha destaque, posto que as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais, frente a apenas 10,5 horas de tempo masculino.

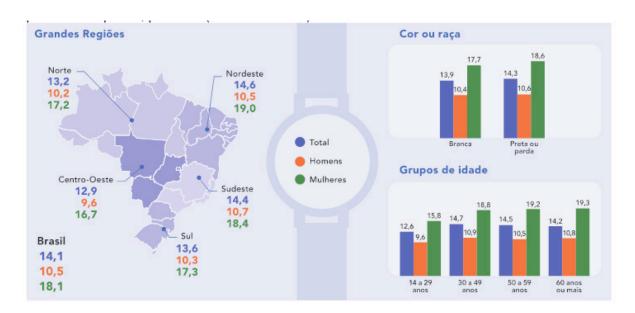


Figura 1: Média de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas ocupadas, por sexo (horas semanais)

Fonte: IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (2016)

Uma vez que alcançar a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS 5), a desagregação desses dados segundo critérios como, cor/raça, idade e localização geográfica fornecem informações essenciais para o monitoramento do progresso das ações que visam alcançar a ODS 5, dando visibilidade ao trabalho doméstico e

não remunerado que, nesse caso, é majoritariamente feminino (IBGE, 2018). Muitas mulheres por necessidade de conciliar o trabalho e suas atividades domésticas, têm sua carga horária reduzida, consequentemente, os salários tendem a ser menores.

Ainda referente a essa constatação, verificou-se que no Brasil as desigualdades regionais são bem marcantes, pois nas Regiões Norte e Nordeste há uma grande concentração de mulheres que trabalham em tempo parcial, o que destoa das demais regiões. Além disso, existe outro agravante na perspectiva de gênero no que se refere a questão da cor ou raça: mulheres pretas e pardas exercem mais ocupação por tempo parcial (31,3%) (Figura 2)e dedicam mais horas semanais aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (18,6hs) que as mulheres brancas (17,7hs).

Outrossim, o número de horas de trabalho feminino, doméstico e não remunerado, progride conforme avança a faixa de idade, passando de 15,8hs entre mulheres de 14 a 29 anos, para 19,3hs entre mulheres com 60 anos ou mais. Também se amplia a diferença entre homens e mulheres: entre os respondentes de 14 a 29 anos, as mulheres trabalham em média 6,2hs a mais que os homens em afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Quando a média de idade é de 60 anos ou mais, essa diferença é de 8,5hs, o que pode indicar um progresso, ainda que não na velocidade desejada, do compartilhamento dessas atividades entre pessoas das novas gerações.



Figura 2: Proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, na semana de referência, por sexo (%)

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (2016)

A concentração do trabalho feminino nas atividades não remuneradas, realizadas no âmbito doméstico, cria condições de submissão e de desvalorização que se reproduzem em todas as dimensões da vida social, cultural, econômica e política das mulheres. A divisão sexual do trabalho, por sua vez, rege-se por dois princípios organizadores: o princípio da separação – existem trabalhos de homens e de mulheres - e o princípio da hierarquização – o trabalho dos homens "vale" mais que o trabalho das mulheres. A sociedade capitalista, portanto, utiliza essa diferenciação para classificar as atividades de acordo com o sexo. (MICHELETTO BRANDAO, 2010)

A divisão sexual do trabalho, tão presente em nossa sociedade, e nesse caso, muito forte na região Nordeste pode ser considerada como fundamental para compreender as diferenças no sistema sexo-gênero, de modo que, esse conceito se atrela a prática social, por isso, ao admitirmos que existe uma relação social específica entre os homens e as mulheres, isto corrobora para práticas diferentes segundo o sexo (KERGOAT, 1996 apud COLOTO e TORETTA, 2010):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...) (KERGOAT,2009)

Embora a divisão sexual do trabalho seja específica de cultura para cultura, esse sistema sexo-gênero está sempre vinculado de maneira tênue a fatores políticos e econômicos em cada sociedade (CARLOTO e LISBOA, 2012). Devido a isso, é possível observar como repercute até em "tensões" e "conflitos", quando o assunto é responsabilidade profissional e familiar às mulheres. Mesmo que alguns defendam a ideia de complementaridade entre os sexos, em termos de "vínculos social" (solidariedade orgânica, parceria, divisão de tarefas), de acordo com os dados apresentados, percebe-se que, de maneira prática, as relações socioeconômicas empreendidas no Brasil resultam na baixa participação ativa no mercado de trabalho das mulheres, principalmente do Norte e Nordeste do país (HIRATA e KERGOAT, 2007; IBGE, 2018)

É em meio a esse cenário que surgem dinâmicas associativas e de economia solidária que visam criar as condições para a construção de um meio onde horizontalidade e solidariedade ganham terreno, resistindo e desafiando múltiplos interesses que visam perpetuar a organização do território. Desta maneira, constrói-se estratégias e ações que permitem beneficiar não apenas os interesses hegemônicos, mas também da população, sendo um caminho de responder a opressão da imposição vertical da lógica patriarcal que atinge as mulheres no mundo do trabalho e na sociedade como um todo.

3.2 Potencial da economia feminina e da economia solidária para o retorno econômico

A economia solidária se distingue da economia dominante mundializada como descrita na obra de Polanyi (1980) porque vai se basear sobre princípios que não são a pura racionalidade econômica mercantil. Revisita os valores de solidariedade e de reciprocidade, criando um espaço econômico e, ao mesmo tempo, social.

A economia solidária seria então

Uma junção de alguns princípios econômicos diversos, possível a partir do reconhecimento do pluralismo das formas econômicas, que faz interagir a lógica mercantil com outros instrumentos, cujo foco é a ação coletiva, nos marcos reciprocitário, associativo e solidário (MAIA DE ANDRADRE, 2007).

Nesse entendimento da economia solidária, os seus atores assumem o seu próprio desenvolvimento econômico a partir de uma auto-organização que responde a necessidades sociais e econômicos presentes. Essa lógica de nova maneira de produzir, comercializar se opõe as lógicas de dominação capitalista: as pessoas se apropriam do fruto do seu trabalho e não estão submetidos os imperativos do capital.

Permite também a inclusão de pessoas que estão (ou tendem estar) na margem do capitalismo porque seu talento e trabalho não eram reconhecidos e valorizados, ou porque seu trabalho não era considerado como tal.

Assim, a economia solidária tem um caráter emancipatório e empoderador. De acordo com a teoria da pedagogia do oprimido (FREIRE, 1970, 1973), o ser humano é capaz de pensar e atuar para transformar sua realidade e conseguir a liberdade em frente duma situação opressiva. No contexto da economia solidaria, os sujeitos são capazes de se organizar e de sair dos circuitos do capitalismo mercantil para construir um modelo econômico autônomo das relações opressivas dos grupos econômicos hegemônicos e que luta contra a vulnerabilidade. Esse empoderamento se realiza ao nível do coletivo mais também ao nível individual. Para usar a visão do poder elaborada por Michel Foucault (1975), o empoderamento permite o processo de aquisição de várias formas de poder: o poder "interior" que reforça a identidade do individuo e do coletivo, o poder "de" que possibilita a interiorização de saberes, notavelmente o saber crítico, o poder "com" que torna possível mudanças em varias esferas da sociedade, criando a espiral de empoderamento individual que caminha para o empoderamento coletivo. Por isso, a economia solidária como nova maneira de organizar o trabalho e como reinvenção dos espaços sociais, tende a dar uma autonomia coletiva e permite um desenvolvimento econômico mais consciente.

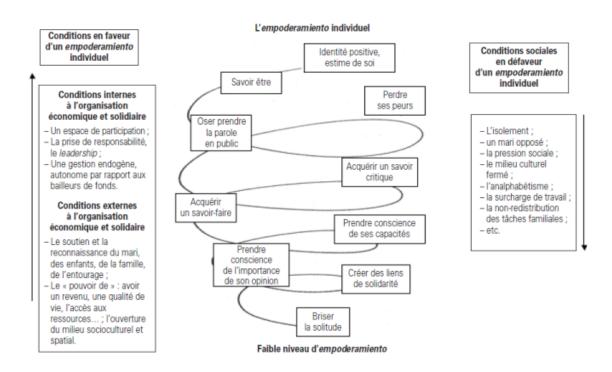


Figura 3: O processo em espiral do empoderamento individual"

Fonte: CHARLIER, 2011

É nessa perspectiva que a economia solidária e economia feminina se reúnem. A atividade econômica das mulheres, no contexto de uma economia formal e monetária, é pouco visível: a atividade doméstica, não sendo remunerada, é como

inexistente, e a atividade remunerada é geralmente subvalorizada e de mal paga. A economia feminista objetiva sair dos padrões de análise tradicionais nos quais o trabalho "novo" da mulher não entra em uma categoria de valorização econômica justa. Esse tipo de associativismo dá visibilidade e fortalece a capacidade que a mulher tem em administrar o elo entre as atividades da vida de família, da vida na comunidade e conciliar essas práticas para responder às necessidades econômicas (trabalho). Assim, procura-se dar visibilidade a talentos que não entram no circuito tradicional da economia de mercado monetarista: pode ser um talento para cozinhar, realizar artesanias tradicionais, costura, turismo, etc.

Deste modo, a economia feminista se alinha com a economia solidária porque essa última permite quebrar uma divisão sexual do trabalho desigual e propõe a inserção das mulheres na esfera do trabalho produtivo. Além disso, com a lógica participativa das organizações de economia solidária, as mulheres podem estabelecem relações que promovem a construção de um saber crítico sobre a imagem tradicional construída a cerca de si mesmas.

Por isso, economia solidária feminista permite um modelo de desenvolvimento econômico inclusivo, que visa inserir pessoas afastadas do sistema mercantil monetário como a população das mulheres. Esse tipo de economia procura a autonomia dos seus sujeitos e a plena realização deles através de um trabalho mais consciente, responsável e auto organizado.

Como vimos antes, as mulheres nordestinas são muito vulneráveis e sofrem uma situação de desigualdade socioeconômica tanto em relação ao gênero como no aspecto regional, uma vez que o fator geográfico e social é fator histórico potencializador dessa desigualdade. Para sair e superar tais estruturas da desigualdade, a economia solidaria feminina é uma solução, pois essa pode proporcionar uma inclusão social, econômica e política para as mulheres nordestinas, como o caso a ser destacado a seguir, experienciado no litoral cearense, na cidade de Icapuí

3.3 A dinâmica associativa feminina solidária no Nordeste-Icapuí (CE)

A dinâmica associativa feminina no Nordeste ganhou força e visibilidade através de parcerias que deram certo. No estado do Ceará, o município de Icapuí destacase pelo empreendedorismo de mulheres, isso graças a Fundação Brasil Cidadão para Educação, Cultura, Tecnologia e Meio Ambiente – FBC, criada no ano de 1996 que teve como objetivo promover o desenvolvimento local sustentável por meio de alianças com comunidades, empresas social e ambientalmente responsáveis, instituições governamentais e não governamentais. A fundação trabalha em um sistema de Teia de Sustentabilidade, ou seja, pela construção de parceria que interligam e fortalecem as comunidades locais, dando assim uma visibilidade local/nacional. Outro parceiro dessa teia é a Rede Tucum que é uma articulação formada, desde 2008, por grupos de comunidades da zona costeira que realizam o turismo

comunitário no Ceará. O intuito da Rede é preserva o modo de vida e ambientes locais dos grupos comunitários que estejam dispostos a fazerem esse intercâmbio cultural.

A comunidade de Barrinha localizada no município de Icapuí era conhecida pela extração de algas marinhas que eram abundantes nesses mares, essa extração ocorria de forma desordenada sem preocupação com o plantio de novas algas e possuía uma rentabilidade baixa. Com essa extração desenfreada as algas nessa região chegaram a um estado crítico que quase extinção.

A partir da organização de um grupo de mulheres da comunidade de Barrinha, com o apoio da FBC nasce a associação feminina Mulheres de Corpo e Alga, no ano de 2006. Depois de algumas capacitações esse grupo de mulheres resolveram usar essas algas de outra forma, de uma maneira mais rentável e sustentável. As algas hoje são usadas na fabricação de cosméticos e alimentos, a partir desses novos manejos a associação conta com ajuda de dez famílias e sua liderança é composta por mulheres, a associação em si é majoritariamente feminina. A partir de parcerias elas conseguiram um convênio com a prefeitura de Icapuí, para o fornecimento de alimentos a base de algas que são usados na merenda escolar do município.

Com base nas conversas com essas mulheres empreendedoras das Mulheres de Corpo e Alga foi possível entender que a inserção delas nessa empreitada a princípio foi uma maneira que elas encontraram para trazer uma renda a mais para a suas famílias. Elas demoram um pouco para entender a importância delas no cenário econômico e político do Nordeste, visto que o Nordeste é uma região que ainda conserva as raízes patriarcais, principalmente em comunidades mais afastadas das capitais.

Entretanto, ainda falta para essas mulheres o conhecimento político, social e ideológico do que venha ser o feminismo de fato, posto que o conceito lhes permanece estranho. Todavia, de alguma forma, elas passaram a compreender a importância do que fazem e das suas ações na comunidade, no município e no estado. O esforço do Coletivo se mobiliza para participar de eventos nacionais e divulgar seu trabalho, conectando e projetando o município de Icapuí como um centro de cooperação para o desenvolvimento pelo trabalho coletivo.

Pode-se observar o orgulho demonstrado pelo Coletivo por ter uma associação chefiada por mulheres, integrada as necessidades locais e com foco para fazer prosperar seus empreendimentos. Uma frase muito ouvida na comunidade e dita com bastante orgulho por elas é que em "Icapuí quem comanda são as mulheres", deixando claro a força do processo associativo que tornou possível mudar a realidade de vulnerabilidade, dando voz a quem sempre foi oprimido.

159

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta pesquisa destacou-se aos olhos das pesquisadoras o papel das comunidades femininas como ferramenta para o desenvolvimento econômico e consequente emancipação e empoderamento do público feminino. Ficou evidente, no entanto, que a desigualdade existente no Nordeste, em que pesa o gênero, faz com que o papel entre homens e mulheres seja claramente definido dentro da comunidade no qual se inserem.

No caso específico de Icapuí no Ceará, as mulheres desenvolveram mecanismos associativos para, a partir do artesanato, da confecção de produtos a base de alga e de uma união entre as mulheres da comunidade, caminhar rumo à construção das bases de uma economia feminista e solidária que atua diretamente no empoderamento das mulheres e no desenvolvimento individual e coletivo, o que impacta diretamente na superação das vulnerabilidades socioeconômicas e no desenvolvimento da comunidade, reforçando o processo de empoderamento individual forma uma espiral virtuosa até alcançar a identidade positiva e a autoestima.

No entanto, a existência de certas condições na vida das pessoas pode dificultar ou facilitar essa construção individual. Por exemplo, certas mulheres durante as entrevistas realizadas falaram que tiveram que convencer seus maridos para que eles lhes deixassem construir seu projeto econômico, viajar para representar o projeto, entre outras atividades importantes para o desenvolvimento e ascensão do seu negócio. Além disso, a nova atividade da mulher e a sua participação aos ingressos da família não significou necessariamente que houve uma redistribuição das tarefas domésticas. Ou seja, algumas mulheres fazem as duas atividades, no seu dia de trabalho atua nos afazeres domésticos e na cooperativa. Mesmo no caso do Coletivo de Corpo e Alga, as entrevistadas identificam uma divisão sexual do trabalho: os homens efetuavam os trabalhos em exterior (replantio e colheita das algas) e as mulheres se encargavam do beneficiamento, produção, divulgação e comercialização dos produtos.

Nesse contexto específico não se vislumbrou a construção de uma estrutura de economia solidária que possibilitasse condições de desenvolvimento socioeconômico fora das dinâmicas de mercado. Tão pouco representaram um meio automático de empoderamento feminino ao nível individual. Antes, a construção das dinâmicas associativas possibilitou meios de participação e ganhos econômicos através do trabalho feminino.

Vale registrar que sedimentar as bases para questionar os papéis vinculados à produção, à reprodução, à participação às atividades sociais e políticas é um processo que leva tempo. Porém, se o maniqueísmo entre masculino e feminino segue bem firme em certos aspectos particulares, ao nível coletivo, o impacto da autoorganização através da economia solidária permite a emergência de representantes femininas que se implicam cada vez mais para o desenvolvimento local e que buscam

mudanças sociais.

REFERÊNCIAS

CARLOTO, C. M; LISBOA, T. K. Gênero, Políticas sociais e Serviço Social. **Gênero**, Niterói, v. 13, n. 1, p.9-13, 2012. Disponível em: http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/539/344>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____, C. M; TORETTA, E. T. O Espaço Ocupacional da Mulher: Um estudo de caso sobre a divisão do trabalho na indústria automotiva. 2009. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT1/EixoII/espaco-ocupacional-Ester-Cassia.pdf. Acesso em: 08 nov. 2018.

CHARLIER Sophie. *Empoderamiento des femmes par l'économie populaire solidaire :participation et visibilité des femmes en Bolivie, in* Isabelle **Guérin et al., Femmes, économie et développement,** ERES Sociologie économique, 2011.

FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO. **Projeto Mulheres de Corpo e Alga.** Fortaleza, Brasil. **Disponível em: http://www.brasilcidadao.org.br/projetos/mulheres-de-corpo-e-alga/ Acesso em: 14 nov. 2018**

FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, Fundação Brasil Cidadão para Educação, Cultura, Tecnologia e Meio Ambiente – FBC, Brasil, 2018. Disponível em: http://www.brasilcidadao.org.br/; Acesso em: 14 nov. 2018

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERIN Isabelle, HERSENT Madeleine, FRAISSE Laurent. « Introduction », *in* Isabelle Guérin et al., *Femmes*, économie *et développement*, ERES «Sociologie économique », 2011.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132 Acesso em: 08 nov. 2018

IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2018.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

MAIA DE ANDRADE, Priscilla. **A economia solidaria é feminina?** Análise da politica nacional de economia solidaria sob a perspectiva de gênero, Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2007.

MICHELETTO BRANDAO Adriana. *Economia solidaria e Feminista: A experiência da Casa da Mulher do Nordeste*, *NAU* - **Revista Eletrônica da Residência Social** do CIAGS/UFBA, Salvador, v.1, n.1, p. 65-70 Jun/Nov 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOBRE Miriam, VIUDES DE FREITAS Tais. « Possibilités et limites de la construction de l'égalité de genre dans l'économie solidaire », *in* Isabelle Guérin et al., *Femmes*, économie *et développement*, ERES « Sociologie économique », 2011.

OSORIO CABRERA Maria Daniela. *Economía solidária e interdependencia: aportes desde perspectivas feministas*, *Quaderns de Psicologia*, Vol. 16, No 1, 155-165, 2014.

PESSOA Cleudes, FILOMENO POUCHAIN RAMOS Jeannette, FERNANDES PEIXOTO Socorro Leticia. *Economia solidaria e feminista: reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres*, 2008. http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-108_pt.html Acesso em: 13 de nov. 2018

SOUSA, L. P. De., GUEDES, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, 30(87), 123-139

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO - Doutoranda em Educação Escolar. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa "Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX".

ÍNDICE REMISSIVO

Α

Açude 217, 221 Agroecologia 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 Amanda Bueno 47, 48, 50, 52, 54, 55, 56

C

Clarice Lispector 87, 88, 97, 98

Comunicação popular 136, 138

Contexto escolar 78, 82

Crítica literária feminista 87, 89, 98

Cuidado 11, 12, 14, 18, 19, 20, 24, 41, 50, 58, 60, 61, 62, 64, 82, 92, 131, 179, 217, 219

Cuidado de enfermagem 58

D

Discursos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 16, 17, 50, 87, 103, 111, 113, 114, 117, 132, 133, 134, 168, 172, 183, 209, 227

Diversidade de gênero 100, 101, 102, 103, 105, 108

Ε

Economia solidária 150, 152, 156, 157, 158, 160 Educação contra hegemônica 195 Empoderamento feminino 58, 61, 151, 160 Enfermagem 12, 15, 20, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 137 Enfermagem obstétrica 58, 60, 61, 62 Ervas medicinais 136, 138, 139, 143, 145 Estadão 47, 48, 49, 53, 54 Experiências educacionais 146, 147

F

Feminismo negro 85, 186, 187, 188, 192, 194, 199, 207

Н

Humanização do parto 58, 59, 60, 61, 62, 63

ı

Identidade 6, 8, 12, 13, 17, 18, 19, 26, 32, 38, 43, 69, 78, 79, 91, 95, 96, 98, 103, 107, 109, 113, 117, 123, 126, 132, 139, 150, 157, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 208, 217, 218, 220, 221, 222, 225
Inclusão social 150, 158

Intelectualidade 186, 188, 192 Interseccionalidade 1, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 78, 81, 85, 86, 91, 111, 112, 116, 117, 123

J

Jornalismo 47, 49, 55, 56, 57

L

Lei 19, 20, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 48, 51, 54, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 105, 106, 109, 147, 173, 187, 218, 223

Literatura portuguesa contemporânea 124, 129

M

Medidas protetivas 65, 70, 71, 72, 75, 197 Método canguru 12, 14, 15, 16 Minorias 81, 100, 104, 105, 106, 107, 108 Movimentos sociais do campo 35, 40

Mulher 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 79, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 114, 117, 120, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 158, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 176, 177, 181, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 213, 220, 221, 222, 223, 225 Mulher capoeirista 195, 201, 205

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 72, 76, 79, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 103, 105, 107, 113, 114, 116, 117, 119, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Mulheres dependentes químicas 146, 148

Mulher-trabalho 35

0

Organização feminina produtiva 150 Organização social 17, 40, 166, 207, 209

P

Parceria 156, 158, 164, 195, 202, 205, 209, 211, 213, 216, 220, 223 Pescadoras artesanais 217, 219, 225 Políticas afirmativas 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108 Práticas pedagógicas 146, 147, 148 Prematuridade 12, 14, 19 Protagonismo feminino 35, 62, 63

R

Representação 47, 51, 54, 56, 89, 91, 92, 111, 116, 119, 122, 125, 167, 169, 198, 211, 212, 219, 220, 221, 225
Resistência 38, 89, 90, 94, 130, 139, 170, 179, 183, 187, 190, 192, 193, 195, 199, 200, 203, 207, 219, 223, 225
Roda capoeira 195, 200

S

Sertão 136, 144, 217, 220, 221 Solidão 96, 124, 187, 190

Т

Tradição 89, 90, 124, 129, 134, 196, 197 Transexualidade 163, 164, 165, 168, 169, 172, 174

V

Violência 4, 6, 11, 19, 20, 32, 43, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 94, 108, 141, 164, 170, 172, 187, 190, 191, 193, 200, 201, 204, 213, 225 Violência contra a mulher 47, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 69, 76, 200 Volatilidade 124, 125, 126, 134

Agência Brasileira do ISBN ISBN 978-85-7247-789-5

